

Sindsep/MA realiza eleição para a Nova Direção e Conselho Fiscal para o triênio 2019/2022

A classe trabalhadora vive um momento de incertezas com relação a manutenção de alguns direitos que ainda resistem às ofensivas da política opressora que vem pilhando o Brasil e exterminando as garantias trabalhistas conquistadas ao longo de anos de luta.

É nessa perspectiva de combatividade e de oxigenação do movimento sindical, que o Sindsep/MA realiza a partir de hoje, 26, até o próximo dia 28 de fevereiro, a eleição para a Nova Diretoria e Conselho Fiscal para o Triênio 2019/2022.

Devido às dimensões continentais do Maranhão, fez-se necessária a estruturação de um processo que garantisse o direito ao voto do associado que se estivesse no lugar mais longínquo.

Dessa forma, a Comissão Eleitoral chegou ao denominador comum de colocar à disposição 70 urnas, sendo elas, 21 fixas e 49 itinerantes, para atender aos 6.551 associados aptos a votarem.

As seções eleitorais estarão abertas da 9 às 17h durante todos os dias da eleição.

A apuração dos votos vai acontecer no dia 1º de março, a partir das 9h da manhã.

Todo o processo de contagem dos votos será online.

É importante que o associado compareça aos locais de votação, e dessa forma, continue contribuindo para a edificação de um dos sindicatos mais importantes do Maranhão.

O pleito tem como concorrente a Chapa 01 Deodato de Brito - Força, Garra, Luta e União.



Assinatura de aditivo ao ACT deve ser feita até o fim de fevereiro, diz Ebserh

Em reunião da Condsef/Fenadsef com Ebserh na última terça-feira, 19, Rodrigo Barbosa, Diretor de Gestão de Pessoas da empresa pública, se comprometeu a assinar o Termo Aditivo para prorrogação do atual ACT, até 28 de fevereiro. Também participou do encontro a Comissão Nacional de Negociação dos empregados da empresa. "O documento precisa ser firmado para continuar o atual acordo e para a tranquilidade dos empregados públicos federais", disse o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Para o representante da Confederação, após a assinatura e garantia de manutenção do acordo

vigente, o diálogo com a Ebserh evoluirá para discussão sobre as novas propostas inseridas no ACT 2019-2020. As reivindicações do documento incluem reajustes salariais, adicional por tempo de serviço, compensação de horas e prorrogação de jornada em ambientes insalubres, entre outros benefícios.

Questionado pela Condsef/Fenadsef sobre ameaça de privatização, o presidente da Ebserh, General Osvaldo Ferreira, disse acreditar que a empresa tem futuro público com perspectivas de



crescimento. "Estou aqui a pedido do presidente Bolsonaro para tocar a empresa", afirmou.

A próxima reunião da Condsef/Fenadsef com Ebserh será na próxima quinta-feira, 28, quando o Termo Aditivo deve ser assinado.

Condsef/Fenadsef



BPC: reforma de Bolsonaro vai jogar idosos pobres na miséria

Entre as propostas mais cruéis da reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL/RJ) está a que diminuiu de um salário mínimo (R\$ 998,00) para apenas R\$ 400,00, o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos pobres a partir dos 65 anos.

A equipe econômica do governo ainda tentou dourar a pílula venenosa ao propor a diminuição da idade dos idosos que terão acesso ao benefício de 65 anos, como é hoje, para 60 anos. Mas, segundo o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência que está no Congresso Nacional, somente a partir dos 70 anos os idosos em condição de miserabilidade teriam direito ao benefício de um salário mínimo integral como é hoje.

Para o professor de economia da Unicamp Eduardo Fagnani, ao criar um benefício menor, o governo constrói um muro social, expulsando os idosos mais pobres da Previdência e os empurrando para o assistencialismo.

Segundo ele, o governo propositalmente esquece que depois da reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), 50% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade e, eles dificilmente conseguirão contribuir por 20

anos, como quer Bolsonaro, para ter direito à aposentadoria. Também há uma parcela de 20% de trabalhadores sem carteira assinada ou pessoas jurídicas que não conseguem pagar a previdência.

“O governo vai jogar 70% dessa população trabalhadora na miséria. Eles não vão conseguir se aposentar. Vão sobreviver de auxílios e benefícios”, diz Fagnani.

O economista alerta ainda para o fato do texto da reforma não detalhar quais as formas de reajuste que o BPC terá se a PEC for aprovada.

Para a Ieda Castro, ex-secretária nacional de Assistência Social do governo Dilma Rousseff, a redução em mais da metade no valor do BPC é estapafúrdia e desumana.

Ela alerta também que, ao mexer na aposentadoria dos rurais, Bolsonaro vai colocar nas ruas das cidades do país mais idosos mendigando porque eles não vão conseguir se manter no campo.

“Tem de se olhar o conjunto da obra de Bolsonaro. Ele aumenta a idade para aposentadoria rural, diminuiu o valor do BPC, com a desculpa de dar o benefício a partir de 60 anos e não 65, mas só oferece o salário mínimo a partir dos 70 anos. Ele mais tira do que dá”, analisa.

Segundo Ieda Castro, em toda a proposta de reforma da Previdência o que se vê são medidas que restringem ou acabam com o acesso aos benefícios previdenciários. O ‘pente fino’ anunciado nos benefícios do INSS, por exemplo, é uma forma que o governo encontrou para dificultar o acesso dos mais pobres aos seus direitos.

Ieda lembra que um estudo do IBGE apontou que entre 2016 e 2017, depois do golpe de 2016, as pessoas com mais de 60 anos e que vivem sozinhas são as mais afetadas pelo aumento da pobreza no país.

“Infelizmente o governo está utilizando uma narrativa cheia de chavões e estratégias para enganar e iludir a população. Diminuir para 60 anos a idade de quem terá direito ao BPC não diminui a miserabilidade dos mais velhos”.

Atualmente, o BPC é pago a 2 milhões de idosos e 2,5 milhões de pessoas com deficiência pobres, que comprovem renda mensal per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Pela proposta da reforma, o valor de um salário mínimo do benefício continuaria a ser pago apenas para os deficientes.

Escrito por: Rosely Rocha